



6ª Semana Social Brasileira
Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho

MUTIRÃO POR DEMOCRACIA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



CADERNO 1

Coleção Mutirão de Formação

Promoção:

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Comissão Episcopal Pastoral para Ação Sociotransformadora

Presidente: Dom José Valdeci Santos Mendes

Assessor: Frei Olávio Dotto

Coordenação:

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara

Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Comissão Pastoral da Terra

Conselho Pastoral dos Pescadores

Movimento dos Trabalhadores sem Terra

Movimento pela Soberania Popular na Mineração

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Oliveira

Pastoral Operária

Rede Jubileu Sul Brasil

Serviço Pastoral dos Migrantes

Setor de Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Diagramação: Mateus Leal

Secretaria Executiva: Alessandra Miranda

Organização e formato de conteúdo: Alessandra Miranda

Assessoras de comunicação: Osnilda Lima e Jucelene Rocha

Revisão: Elisangela Dias, Francisco José Correia de Araújo e Jane Greco

Apoio

Misereor

Caritas Alemã

Sumário

- 04** **Apresentação**
- 07** **A 6ª Semana Social Brasileira como chave para Análise de Conjuntura**
Daniel Seidel
- 15** **E eles pediram um rei - instrumentalização entre religião e política**
Pastora Romi Márcia Bencke
- 19** **Juventude e participação social**
Michelle Gonçalves
Robson Oliveira
- 25** **A comunicação não violenta como atitude de valorização da vida e da cidadania**
Equipe estudo
- 33** **Reforma do sistema político: devolver o poder ao povo**
Jose Antonio Moroni
- 39** **Educação Popular – Levanta-te e anda! (At 3, 1-10)**
Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
- 42** **Política e tecnologias: a questão da informação**
Pedro A. Ribeiro de Oliveira



APRESENTAÇÃO

“Eu não luto para vencer. Luto para ser fiel.”

Padre Júlio Lancelotti

A 6ª Semana Social Brasileira tem a alegria de apresentar e disponibilizar a todas as pessoas mobilizadoras dos mutirões pela vida, o ***Caderno 1: Mutirão por Democracia: transformações sociopolíticas e participação social.***

O ***Caderno 1*** faz parte da ***Coleção Mutirão de Formação***, composta por cinco cadernos. São eles:

CADERNO 1

Mutirão por Democracia: transformações sociopolíticas e participação social

Este caderno aprofunda sobre o primeiro eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a ***democracia*** e os temas gerais para reflexão e debate sobre os processos democráticos e de cidadania. São eles: análise de conjuntura; educação popular; religião e política; juventudes; comunicação não violenta; reforma do sistema político e tecnologia.

Caderno 2

Mutirão por Economia: alternativa ao modelo econômico

Este caderno apresenta elementos para o debate sobre o segundo eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a ***economia***. São eles: economia de Francisco e Clara; modelo econômico na América Latina; Economia Popular Solidária; dívida pública; economia humana e ecológica.

Caderno 3

Mutirão por Soberania: autonomia democrática e desenvolvimento territorial

Este caderno disponibiliza reflexões sobre o terceiro eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a **soberania**. São elas: soberania nacional popular e democrática; desenvolvimento e soberania alimentar.

Caderno 4

Mutirão por Terra, Teto e Trabalho: território, direitos sociais e cidadania

Este caderno apresenta o debate sobre os temas centrais da 6ª Semana Social Brasileira: **terra, teto e trabalho**. São eles: territórios; comunidades tradicionais; direito à cidade; desigualdades; mineração; energia; mulheres e trabalho; questão agrária; racismo; direito à água; encarceramento; Sistema Único de Saúde - SUS; migração e tráfico de pessoas.

Caderno 5

Ecologia Integral: o sagrado e o Bem Viver dos povos

Este caderno aprofunda conteúdos sobre a dimensão da mística e espiritualidade, os povos originários e o sagrado no compromisso com a vida do planeta. São eles: povos indígenas; profecia; espiritualidade; direitos sagrados; bem viver; ecologia e povos da Amazônia.

Os cinco cadernos estão organizados com a intencionalidade política e pedagógica de gerar processos de formação sobre os elementos que estruturam as questões sociopolíticas do país e a dimensão da mística e da espiritualidade presentes nas ações das pastorais e dos movimentos sociais. Os conteúdos tem o formato de artigo ou texto, para ser aprofundado de forma individual e coletiva. A **Coleção**

Mutirão de Formação é composta por cinco cadernos, totalizando 39 artigos e textos. A pastoral, movimento social, grupo ou coletivo tem a autonomia para conhecer o material e organizar o melhor caminho para trabalhar os conteúdos, fazendo as escolhas dos assuntos e temas que estão mais presentes nas realidades locais, dentro do planejamento das atividades da 6ª Semana Social Brasileira. A maioria dos artigos e textos trazem as *perguntas geradoras* para o debate e aprofundamento.

Aproveitem! O mutirão começou!



Dedicamos às pessoas que bravamente vem lutando e dedicando a vida na construção de uma sociedade de justiça e paz.

Agradecemos pela dedicação e gratuidade das mulheres e homens que compartilham seus saberes neste caderno.

A 6ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA COMO CHAVE PARA ANÁLISE DE CONJUNTURA¹

Tenho percebido depois de mais de 30 anos de realizar e participar de Análises de Conjuntura que não basta apresentar uma Análise. É preciso criar recursos para comunicá-la, visto que trago a preocupação de que ela contribua para compreensão da realidade e possibilite que quem dela participou, multiplique suas trocas e aprendizagens com outras pessoas da comunidade eclesial, do movimento social, da vizinhança e da própria família. Estamos num tempo que é preciso que nos habilitemos ao diálogo, se queremos “estourar a bolha” e viver na prática a missão da “Igreja em saída”², que tão generosamente, papa Francisco tem nos sinalizado.

Assim, após muita reflexão quero propor uma chave e um simbolismo para compreender o que está acontecendo hoje em nosso país, com um olhar a partir dos prediletos/as de Deus: as pessoas empobrecidas. Este é um dos critérios que o Ensino Social da Igreja nos orienta: pensar a política para o Bem-Comum, o bem de todos/as, incluindo a Mãe-Terra.



1 Este artigo foi escrito para realizar Análise de Conjuntura, no dia 17/6/2020, solicitada pelo Setor das Pastorais Sociais do Regional Sul 4 (SC) da CNBB, que está promovendo capacitação sobre o Ensino Social da Igreja para Formação de Lideranças. Para assistir o vídeo acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=p1OIL0z6aGs>.



2 “Igreja em saída” é um dos primeiros objetivos da Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium” (Alegria do Evangelho), citada no número EG 17, disponível: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html.



A pessoa humana como símbolo e a chave de leitura da 6ª SSB

Vou adotar como símbolo a estrutura física de uma pessoa humana e como “chave de leitura” o que nos oferece a 6ª Semana Social Brasileira, em seu lema: “**Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho**”, tendo como temas transversais a **soberania**, a **economia** e a **democracia**. Proponho agora que vocês imaginem cada uma das **pernas**: que uma seja a **Terra** (no sentido da agricultura, mas também no sentido dos biomas, da agroecologia, das águas e das Florestas), e a outra seja o **Trabalho**; pois creio que ambos “sustentam a vida humana”. O terceiro T, de **Teto** seja uma “casa”, que remeta à ideia da **moradia**, mas também da **Seguridade Social**: saúde, previdência social e assistência social; **além das demais políticas públicas**: educação, segurança pública, alimentação saudável. **Cabeça**: **soberania**; **coração**: **economia**; e **braços**: **democracia**.

Seguirei propondo a construção da imagem: agora, proponho que a **cabeça** seja **soberania**, o **coração** seja **economia** e os **braços** seja a **democracia**. A cabeça porque abriga o cérebro, as ideias e o pensamento, podendo assim decidir os rumos; a economia como aquela capaz de gerar vida digna para as pessoas; e os braços que podem se dar as mãos para colaborar e construir o bem-comum, fruto da democracia.

Bom, no momento atual do Brasil, estamos com este “corpo adoecido”, gravemente, por quê? Porque a temos uma **cabeça** submissa aos interesses do Presidente dos Estados Unidos da América, assim não é soberana, não pensa por conta própria; segue um projeto de nação submetido aos interesses das Grandes Corporações internacionais e de lá recebe ordens. É uma política que gera a morte e que se alimenta da morte (necropolítica), delimitando “zonas de sacrifício” (Amazônia, as periferias das Grandes Cidades, os lugares para se construir usinas nucleares, entre tantos exemplos) para uma elite pequena possa usufruir do conforto da “ordem e do progresso”

Seu **coração** só pensa no lucro. Passamos do neoliberalismo feroz para o ultraliberalismo que sacrifica vidas humanas para preservar a propriedade, esta sim, colocada como “direito sagrado”. E para mantê-la vale tudo: liberação de maior número de armas de fogo; liberar armas de muitos tiros, antes de uso exclusivo pelas Forças Armadas. E o que é pior, principalmente para áreas rurais, onde estão numerosos conflitos por Terra.

E em seus **braços** a direção é a do fascismo (quando você precisa encontrar um inimigo e demonizá-lo, de sorte, que o único jeito para “salvar a sociedade” seja eliminar todos os seus sinais) e do autoritarismo. Multiplicam-se assim os conflitos dentro das famílias, das Igrejas, colocando o povo contra o povo, estimulando-se a “invasão de hospitais”. Não se deixa espaço para o diálogo. Qualquer pessoa que questione deve ser eliminada: porque pensa. As mãos não estão abertas para formar uma aliança, mas para atacar e agredir as outras pessoas.



O desemprego que estava perto dos 14% antes da pandemia, está caminhando para **20 a 25%** da População Economicamente Ativa (PEA)

Terra e Trabalho como “pernas” e Teto como “Proteção”.

Uma das pernas que é a **Terra** se encontra arrasada, devastada, acelerando-se o desmatamento para fazer avançar a pecuária, a monocultura, os agrotóxicos, a mineração, as hidrelétricas. Não se respeita o direito sagrado aos Territórios Tradicionais dos Povos Indígenas e das Comunidades Originárias: pode-se “passar a boiada”! há uma negação da riqueza das diferenças étnicas e culturais. Há o desejo de se impor um padrão único de vida, de produção e do consumo, baseado na concentração, onde muitos se escravizam para ter uma migalha de salário e poucos esbanjam ostentação e conforto de forma opulenta.

A outra perna é o **Trabalho** que se encontra enfraquecido, desregulamentado, sem garantias e direitos. A informalidade está na lei atualmente. A promessa é que a Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista iria multiplicar os empregos. E onde estão. O desemprego que estava perto dos 14% antes da pandemia, está caminhando para 20 a 25% da População Economicamente Ativa (PEA). Os sindicatos enfraquecidos e desmoralizados. A possibilidade de concurso público, nem pensar. Como se constrói o futuro de uma família sem trabalho.

E o **Teto**, a casa, a moradia, a proteção social? Essa se encontra no “balança e quase cai”. Com a vigência da EC 95/dezembro de 2016, que limitou novos investimentos em políticas públicas por 20

anos. Os bispos católicos no Brasil, por meio da CNBB, ainda em outubro de 2016, chamaram a essa proposta de “PEC da Morte”. Foi pura profecia. Quem podia imaginar a situação em que nos encontramos hoje. E para piorar a situação foi aprovada outra Emenda à Constituição: a EC 106/2020. Em plena pandemia, justificada como “PEC do Orçamento de Guerra”, era a PEC 10/2020, para liberar 60 bilhões para os mais de 5.800 municípios e para os Estados e DF; foi aprovado um artigo nela, que permite ao Banco Central doar para os Bancos Privados 1 trilhão e 200 bilhões de reais, por meio de compra de papéis “podres”, ou seja, a cada um real para enfrentar a pandemia os bancos vão ganhar 20 reais. E para gerar o quê? Com isso não se pode contratar novos servidores públicos, nem ampliar a rede de atendimento à atenção básica do SUS – Sistema Único de Saúde e do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Isso para não falar da Reforma da Previdência Social que levou para longe a possibilidade de se aposentar com saúde e, ao mesmo tempo, reestruturou a carreira, elevando os salários dos militares no país.

**A CADA 1
REAL PARA
ENFRENTAR
A PANDEMIA**



**OS BANCOS
VÃO GANHAR**

R\$ 20

Critérios para Discernimento: Alegria do Evangelho e *Laudato Si*

O papa Francisco com seu magistério, dialogando com a tradição da Igreja no Ensino Social, denuncia: “esta economia mata”³, porque transforma pessoas em números e diz que uma parte tem que morrer (paradigma tecnocrático⁴), não enxerga o ser humano e nem a natureza; e porque privilegia alguns poucos à custa do sofrimento e da morte da maioria.

Na Encíclica *Laudato Si*, sobre o Cuidado com a Casa Comum, ele nos alerta para a **Ecologia Integral**⁵, louvando a Deus pela abundância e bênção que é a natureza, criação divina, colocada para nossa administração, nos fazendo perceber que tudo está interligado. O clamor da Terra e o clamor dos Pobres da Terra. Quando se considera uma vida descartável, outros valores desumanos já tomaram conta do coração. Por isso ele aponta para o diálogo, a cultura do encontro.

Sinais de Esperança

E é este o caminho que os Movimentos Sociais, articulados por meio das Frentes Populares estão buscando para o Brasil. A Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo estão com ações unitárias para afastar essa cabeça do corpo chamado Brasil, seja por meio do impeachment, seja pela cassação da chapa eleita, pelo TSE. Mas baseado em que? Na apuração dos crimes cometidos pelo chefe do poder executivo no exercício do mandato e nas eleições. Está sendo comprovada a utilização de dinheiro volumoso de empresários durante a campanha

 3 EG 53.

 4 Encíclica “*Laudato Si*, sobre o cuidado com a Casa Comum”, LS 101.

 5 LS 137.

eleitoral para financiar uma “fábrica de mentiras”, as famosas “*fake-news*”, que chegaram pelos nossos celulares e que muitos/as de nós compartilhou pensando que eram “verdades”. Esse é o processo de investigação que está sendo comandado pelo STF – Supremo Tribunal Federal para produção de provas que poderão embasar os dois processos, tanto no STF, como no TSE. A CNBB liderou em 2014 uma iniciativa popular para Reforma Política, que não foi votada, mas que pressionou o STF para que proibisse o uso de dinheiro de empresários em campanhas eleitorais.

São se articulando outras frentes mais amplas como o “Somos 70%” e “Estamos Juntos” antifascistas que estão mobilizando as redes sociais, com seus manifestos e há três semanas se iniciaram manifestações, principalmente lideradas por jovens de periferia, de torcidas organizadas contra o fascismo e a ditadura, influenciadas pelas manifestações antirracistas nos Estados Unidos, pelo assassinado absurdo de George Floyd, por um policial.

Ressuscitando esse corpo chamado Brasil

Para que ocorra essa mudança de rumos (da cabeça) é preciso unir as mãos de todo o povo brasileiro, homens, mulheres, crianças, adolescentes, juventudes, pessoas idosas, num grande mutirão pela Vida em defesa da democracia. Ampliando os espaços de solidariedade que se multiplicaram neste tempo da pandemia. Criando colaboração e cooperação.

Assim a **cabeça** vai pensar com soberania, vendo que o mais importante é a Vida do Povo, ou melhor, dos Povos, em sua diversidade de Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais (quilombolas, ribeirinhos/as, ciganos, Nômades, quebradeiras de coco, geraizeiros, entre tantos/as), povos urbanos, das favelas, das baixadas, dos grotões, migrantes e refugiados/as, entre outros. Construindo um projeto popular para o Brasil.

Mas não adianta mudar a cabeça se o **coração** ainda conti-

nuar perverso, só pensando em lucro. São nesses momentos que é preciso de elaboração e de pensamento para valorizar a solidariedade e a economia popular solidária e estão se multiplicando os núcleos para pensar, principalmente, mobilizando as juventudes, a “Economia de Francisco e de Clara”, iniciativa de papa Francisco que se realizaria em Assis, Itália, mas que foi adiado.

Assim, a **6ª Semana Social Brasileira** com seu mutirão pela Vida, quer fortalecer as pernas exercitando como os direitos vinculados ao **Trabalho** podem ser restaurados, assim como uma nova relação com a **Terra**, seja pela agroecologia, seja pela agricultura familiar, sem o uso de agrotóxicos, preservando as Reservas e os Territórios Tradicionais na direção do que apontou o Documento Final do Sínodo e a Exortação Querida Amazônia.

E finalmente é imprescindível que se mobilize para revogação das EC 95/2016 e da EC 106/2020 para que se possa contar com recursos públicos para financiamento de políticas públicas necessárias e suficientes à proteção social da população brasileira, restaurando um **Teto** para cada brasileiro/a. Acreditamos que isso não se realiza sem uma Auditoria da Dívida Pública, que também está pautada nos temas da 6ª Semana Social Brasileira.

***Daniel Seidel**, 53 anos, é mestre em ciência política (UnB) e especialista em planejamento estratégico de políticas públicas (Unicamp), secretário executivo da CBJP/CNBB, membro da executiva nacional das Pastorais Sociais da CNBB, assessor da REPAM Brasil, membro da Coord Nac Mov Fé e Política e da Com Nac Fé e Política do CNLB. É professor do CEFEP e da Pós-graduação em Psicodrama pelo Interpsi/PUC-Goiás. Foi secretário de estado na área da assistência social e seg alimentar no DF.

E ELES PEDIRAM UM REI INSTRUMENTALIZAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA

Este será o direito do rei que reinará sobre vós. Ele convocará os vossos filhos e os encarregará de seus carros de guerra e de sua cavalaria...e os fará lavrar a terra dele e ceifar a sua seara, fabricar as suas armas de guerra e as peças de seus carros... Tomará os vossos campos, as vossas vinhas, os vossos melhores olivais... Exigirá o dízimo dos vossos rebanhos, e vós mesmos vos tornareis seus servos..." (1Sm 8,11-17)

A 6ª Semana Social Brasileira será realizada em um dos momentos mais complexos e tensos da história recente do Brasil. Os temas estruturantes que serão refletidos por ocasião deste evento estão colocados em xeque; em especial, a soberania, a economia e a democracia. Estas três dimensões são fundamentais para alcançarmos os direitos de acesso à Terra, ao Teto e ao Trabalho.

É impossível evitar a pergunta se daqui a alguns meses as profecias e as reivindicações por soberania, democracia e uma economia voltada ao bem comum ainda serão possíveis.

A cada dia cresce a máxima de Mt 25,29-30: "Porque a todo o que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem será tirado".

Para o sistema capitalista neoliberal não há possibilidade de democracia e nem soberania ou autodeterminação dos povos.

O final do século XX e o século XXI têm nos ensinado que o neoliberalismo sugou a essência de muitas das elaborações civilizatórias da humanidade; entre elas, da democracia e da própria religião.

A tensão entre Estado e poder religioso não é novidade. Na tradição judaico-cristã, esta tensão aparece na história do povo hebreu quando reivindicou a mudança do sistema tribal para o reinado.

Os versículos 11 e 17 de 1Sm 8 são bastante explícitos em relação às consequências desta opção: escravização, perda da liberdade, filhos absorvidos para a guerra, altos impostos e desigualdade. A relação instrumentalizada entre religião e política será sempre uma relação que distorce o sentido da fé e que transmuta a benevolência que emana da fé religiosa em um poder nada benevolente. O que fundamenta esta instrumentalização é o poder pelo poder. É uma aliança idolatra, porque se coloca como poder absoluto e legitimado para dominar a vida das pessoas. Esta relação instrumentalizada não autoriza a divergência, nem a diversidade e, muito menos, as profecias.

Nossa laicidade sempre foi frágil. O cristianismo, ao longo da nossa história, foi instrumentalizado para realizar os desejos coloniais e capitalistas.

Foi esta relação distorcida que argumentou a favor da meritocracia para explicar as desigualdades sociais: “Se você não tem Terra, Teto ou Trabalho é porque não está se esforçando o suficiente. Esforça-te e Deus proverá!”

Nos últimos anos, a relação entre religião e política tornou-se mais complexa. O que temos hoje no Brasil é uma “teopolítica neocolonial” (LIONÇO, 2019), que reivindica o direito à grilagem de terras, à conversão dos povos indígenas e à exploração de garimpos. O fundamentalismo religioso tornou-se política de Estado.

É a instrumentalização da religião pelo poder político que legitima e justifica a morte necessária de alguns, para que outros concentrem cada vez mais riquezas e poder. Esta instrumentalização é a necropolítica em forma de homilia e liturgia.

A 6ª Semana Social Brasileira tem como principal inspiração e fundamentação a fé em Jesus Cristo. Apesar de ser um espaço plural, que reúne, a partir desta fé, pessoas de diferentes tradições religiosas e pessoas não religiosas, é a partir da fé que nos encontramos para fortalecer a unidade e o comprometimento com a luta por justiça, materializada na distribuição radical das riquezas, na justiça socioambiental, na plenitude da unidade na diversidade.

Na 6ª Semana Social Brasileira afirmamos a dimensão política da fé, por confrontar relações de poder e exclusão. No entanto, é uma fé política não instrumentalizada, porque não tutela os movimentos sociais, nem impõe uma vontade e uma verdade absolutas. Não é instrumentalizada porque há espaço para a diversidade de opiniões e há abertura para questionamentos e críticas necessárias.

Um desafio é compreender que a resposta religiosa jamais pode ser a única e nem a última resposta. Não somos portadores e portadoras da verdade e nem de salvação. Nossa participação política deveria alicerçar-se na autocrítica e na consciência de que, sempre que a fé religiosa se transforma na verdade última, utilizando-se de recursos e poderes humanos, ela se torna instrumento de opressão e não de libertação.



Perguntas geradoras:

- 01) Quais os desafios a serem enfrentados para libertar a fé religiosa do jugo do capitalismo?
- 02) A experiência religiosa pode ser um caminho para o aprofundamento da democracia, da transformação da economia de mercado para uma economia distributiva e para a soberania

dos povos. No entanto, quais os cuidados necessários para que a experiência religiosa não se transforme em instrumento de opressão?

* **Romi Márcia Bencke**, é Pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC).

Referências

LIONÇO, Tatiana. A Tecnologia da Crueldade na Teopolítica Neocolonial Bolsonaroista. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/04/17/a-tecnologia-da-crueldade-na-teopolitica-neocolonial-bolsonarista/>. Acesso em: 20 Abr. 2020.

STRECK, Wolfgang. Tempo Comprado. Conjuntura Actual Ed. Coimbra, 2013. Livro eletrônico.

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Chama-se “jovem” aquela ou aquele com idade entre 15 a 29 anos. Essa é considerada a fase do ciclo da vida onde se concentram os maiores problemas e desafios, mas também o período de maior vigor, generosidade, sensibilidade, potencial criativo, dinamicidade e aptidão para o engajamento. Essa fase da vida também é marcada pela necessidade de afirmação de direitos, definição de identidades, inserção social e processos de desenvolvimento. Falar das juventudes exige noções de espaço e tempo; exige um olhar para as múltiplas dimensões onde elas estão inseridas, para a pluralidade e diversidade de suas expressões e realidades.

Pensar as juventudes provoca-nos a olharmos para elementos importantes que as caracterizam na nossa sociedade: há cerca de 49,4 milhões de jovens no Brasil; 11 milhões delas e deles não estudam, nem trabalham. Os jovens são as grandes vítimas de uma estrutura social injusta; há muitas e muitos jovens impedidos de abraçarem verdadeiros valores humanos por causa de uma vida desumana. Há uma massa impressionante de jovens violentados/as e marginalizados/as. A realidade da juventude manifesta a extrema desigualdade social em que vivemos.

Mas esses estigmas cruéis e violentos não silenciam as aspirações próprias das juventudes por um mundo melhor, mais justo, mais acessível e possível. Já dizia Paulo Freire que “os sonhos são projetos pelos quais se luta”. E o caminho para a defesa dos nossos sonhos e projetos é a voz ativa, a organização, a peleja por espaços, a ousada e profética participação. Sem ela, não há democracia, não há garantia de direitos, não há ecos da voz do povo. Não há vida digna. Se não houver participação social, não há ampliação de horizontes que deem conta das demandas de vida dos jovens, dos pobres e menos favorecidos. A participação é o mecanismo de mudança,

de construção de um mundo melhor, de superação das violências e injustiças.

A luta por políticas públicas sempre contou com a expressiva participação da juventude, mobilizada por diferentes causas e sonhos. Para Regina Novaes (2012), enquanto “sujeito de direitos” – que demanda políticas públicas específicas –, a juventude emergiu no final dos anos ‘80, momento em que a “exclusão de jovens” se tornou parte constitutiva da questão social nacional e internacional.

Nestes anos temos de forma concreta a luta da juventude pelos direitos civis e suas garantias individuais. A ênfase deste movimento estava ligada à contenção do desemprego e da violência, e à promoção da educação.

No início dos anos ‘90, surgiram as primeiras ações dos governos pensando mais especificamente sobre a juventude, nascendo assim as secretarias municipais, estaduais e coordenadorias, mas não se criou um espaço nacional e governamental de juventude.

É interessante ressaltar que, após a reconquista dos direitos civis e políticos, com a promulgação da Constituição de 1988, as juventudes dos anos seguintes se envolveram mais na luta pelos direitos políticos, fortalecendo os movimentos de rua; houve um estímulo para a efetiva participação de jovens nos processos políticos, como protagonistas (CAMACHO, 2016).

No final dos anos 90, evidenciaram-se a necessidade e a urgência de políticas públicas voltadas à população jovem. Ou seja, a percepção de que os direitos sociais, econômicos e políticos, já garantidos na Constituição Federal, careciam ainda de serem implementados como “políticas”. Com a chegada do novo milênio, a juventude passou a concentrar seus anseios e protagonismo na luta e na construção dessas políticas.

Em 2005, durante o primeiro governo Lula, foram criados a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, com o objetivo de elaborar, validar, articular e avaliar programas e ações voltados para jovens de 15 a 29 anos (NOVAES, 2012). Essas ações estimularam a participação e o protagonismo de vários e vá-

Com a chegada do novo milênio, a juventude passou a concentrar seus anseios e protagonismo na luta e na construção dessas políticas.



rias jovens e de movimentos juvenis na construção de políticas específicas para a juventude. Também, fomentaram publicações que deram visibilidade à aplicação de políticas específicas para a realidade juvenil.

É importante lembrar que o Direito à Vida tomou a pauta das lutas juvenis no começo dos anos 2000. Vários movimentos juvenis lançaram campanhas pelo fim da violência contra a juventude. Estas ações nascem de evidências percebidas pelas próprias vivências dos e das jovens, e também por pesquisas que mostram o grande aumento do extermínio das juventudes, em sua maioria periféricas e negras, tanto no campo como nas cidades. Índices alarmantes de homicídios de jovens, principalmente por forças estatais, levaram também as Pastorais da Juventude da Igreja Católica a construir uma Campanha Nacional Contra o Extermínio das Juventudes, mobilizando também as pastorais sociais e entidades governamentais (CAMACHO, 2016).

Com a implementação de espaços de participação política e de maior protagonismo da juventude, criaram-se também contextos de diálogo e de escuta da realidade juvenil, como as Conferências de Juventude. No Brasil, houve várias iniciativas de jovens que marcaram presença no espaço público, reivindicando protagonismo na

luta para garantir o direito a uma educação de qualidade e um trabalho decente. Podemos aqui fazer memória das juventudes que saíram às ruas em 2013, em uma das mais expressivas manifestações recentes do Brasil, e também dos e das jovens secundaristas em 2016, que pararam centenas de escolas brasileiras em protesto por uma educação de qualidade, criticando os projetos dos governos.

No âmbito da participação social, podemos destacar também os movimentos que desde 1990 fizeram ressoar as demandas juvenis escolares nos espaços públicos. Muitos destes grupos culturais, localizados em áreas pobres e violentas, começaram a proliferar em torno de estilos musicais (tais como rock, punk, heavy metal, reggae, hip-hop, funk), artes cênicas, grafite, danças (street dance, break) e grupos esportivos (entre eles, futebol, basquete de rua e skate). Incluem-se também os vários movimentos das igrejas, que vinham debatendo a participação da juventude na sociedade e na política.

Outros temas bastante pautados, que geraram um grande comprometimento social e político das juventudes, são as questões de gênero, raça e etnia (herdadas dos anos 1970 e 1980); mais recentemente somaram-se demandas voltadas às distintas orientações sexuais e aos jovens “com deficiência”. Vale destacar a atual Campanha Nacional de Enfrentamento aos ciclos de violência contra a mulher, realizada pela Pastoral da Juventude-CNBB.

A luta é diversa em cada tempo histórico; os espaços de manifestação, conscientização e participação social são dinâmicos e vão se moldando conforme a juventude muda. É dinâmico. Os documentos da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, de Medellín (1968) a Puebla (1979), apontam os jovens como agentes importantes na transformação da sociedade, porque suas vidas moldam a face do mundo de hoje e de amanhã. Papa Francisco, na Jornada Mundial da Juventude no Brasil em 2013, provocou-nos com um apelo parecido: “Jovens, sejam revolucionários!”

Em sua mensagem para a Campanha da Fraternidade de 2019, com o tema “Fraternidade e Políticas Públicas”, Papa Francisco reiterou: “Seguindo o exemplo do divino Mestre, que “não veio

para ser servido, mas para servir” (Mt 20,28), devem buscar uma participação mais ativa na sociedade, como forma concreta de amor ao próximo, que permita a construção de uma cultura fraterna baseada no direito e na justiça (n. 505).

Não desviemos o nosso coração e a nossa fé da certeza de que o Reino de Deus se constrói participando da luta do povo, reafirmando dia a dia a opção preferencial pelos pobres. Deixemo-nos inquietar e iluminar constantemente pela palavra de Deus em Isaías 1,27: “Serás libertado pelo direito e pela justiça”.

Sigamos na defesa da vida, através do engajamento nas lutas por políticas públicas, ocupando espaços de decisão e discussão social, sendo fermento na massa. Protagonizemos a construção de uma sociedade mais justa, onde todas e todos tenham voz, vez e lugar. Até que justiça, liberdade e vida em abundância sejam uma realidade entre nós.

* **Michelle Gonçalves**, Secretária Nacional da Pastoral da Juventude

* **Robson Oliveira**, Coordenador Nacional da Pastoral da Juventude pelo Regional Sul 1-SP

Referências bibliográficas

CAMACHO, Marcio. A PJ antenada com a “direção dos ventos” dos direitos das juventudes. Pastoral da Juventude, 2016. Disponível em : <https://www.pj.org.br/direcao-dos-ventos-dos-direitos-das-juventudes/>. Acessado em: 08 de abril de 2020.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Evangelização da Juventude: Desafios e perspectivas pastorais. Brasília, Edições CNBB. 2007. p. 17.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação - Cartas Pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 62.

FREITAS, Maria Virgínia de. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. S. Paulo: Ação educativa, 2005. p.31.

GUEDES, Aline. Geração nem-nem já soma 11 milhões de jovens no Brasil, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais-cidadania/geracao-nem-nem-ja-soma-11-milhoes-de-jovens/>. Acessado em 08 de abril de 2020.

NOVAES, Regina. As juventudes e a luta por direitos. Le Monde Diplomatique Brasil, 2012. Disponível em : <https://diplomatique.org.br/as-juventudes-e-a-luta-por-direitos/>. Acessado em 08 de abril de 2020.

A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO **ATITUDE** DE **VALORIZAÇÃO** DA VIDA E DA **CIDADANIA**

Muitas das situações de conflito que temos em nossas vidas no relacionamento com outras pessoas, e que se transformam em situações de violência, são originadas mais pela forma como apresentamos nossas ideias e as impomos, do que, efetivamente, pelas nossas diferenças de opinião. Com base nesse entendimento, o psicólogo Dr. Marshall Rosenberg desenvolveu o conceito de Comunicação Não Violenta (CNV), cujo objetivo é fazer com que cada um/a tenha a compreensão da realidade (observação), dos seus sentimentos ante essa realidade, das necessidades oriundas desse processo, e quais e como podem ser feitos os pedidos na perspectiva de ver resolvido o conflito.

Segundo Rosenberg (2006), a CNV tem como marco inicial o fato de que precisamos assumir que somos todos/as compassivos/as por natureza e, enquanto tal, entender que as expressões de violência, sejam verbais ou físicas, acabam por ser aprendidas e apreendidas como resultantes de um processo de competitividade e dominação que estabelecemos entre nós, em nossas relações. Tais características fazem com que tenhamos comportamentos violentos. Portanto, o que precisamos trabalhar nos processos de aprendizagem de nossas relações é agir com generosidade, empatia, compaixão, sem deixarmos de ser autênticos/as e verdadeiros/as com as pessoas e conosco mesmos/as.

Em face disso, é preciso que a pessoa esteja disposta a considerar atentamente a sua forma de comunicação, buscando verificar como estão resultando suas relações: se sob o signo da violência ou da não violência.

Para isso, segundo Rosenberg (2006), o primeiro componente da CNV nos convida a *separar* observação de avaliação/julgamento. Precisamos observar sem acrescentar nenhuma avaliação/julgamento ao que vemos, ouvimos ou tocamos e que afeta a nossa sensação de bem-estar. Esse é um pré-requisito para os demais componentes da CNV, se desejamos expressar de forma nítida e honesta para outra pessoa como estamos.

Ainda segundo o autor, observar é o ato de perceber o que está acontecendo em uma determinada situação que nos afeta, positiva ou negativamente, sem fazer nenhum julgamento ou avaliação. Toda observação gera um sentimento que pode mobilizar emoções positivas ou negativas. Nessa perspectiva, a observação é a descrição do fato ocorrido.

O segundo componente da CNV é um chamamento para a compreensão dos sentimentos que nos permeiam e também são resultantes em nossas relações.

De forma geral, costumamos ter dificuldade para nomear e falar sobre os sentimentos que temos. Esse obstáculo ocorre em face de que em nosso processo educativo as questões relacionadas aos sentimentos não foram tão trabalhadas como é necessário ou, por vezes, termos sido provocados/as a dar a seguinte resposta: está tudo bem!

Uma outra questão que atrapalha a compreensão sobre o que sentimos é que, em muitas situações, deixamo-nos conduzir pelos sentimentos dos/as outros/as, vivendo no patamar do que os outros/as acham.

Os sentimentos são a expressão da vida que pulsa em nosso corpo. Não seríamos humanos/as sem a presença dos sentimentos no cotidiano da nossa existência pessoal e comunitária. Por outro lado, para não ficarmos escravos/as dos sentimentos, temos que ter consciência quanto às consequências das nossas ações.

Para Rosenberg (2006), esse segundo componente da CNV nos convida a aprendermos a identificar, acolher e expressar os nossos sentimentos. Com isso, ele chama nossa atenção para o fato de



A forma como nos comunicamos nem sempre expressa o que efetivamente estamos sentindo, na verdade, constituindo, sim, uma opinião ou pensamento acerca do fato ocorrido.

que a forma como nos comunicamos nem sempre expressa o que efetivamente estamos sentindo, na verdade, constituindo, sim, uma opinião ou pensamento acerca do fato ocorrido.

Importante estarmos atentos/as para o fato de que os nossos sentimentos, de uma forma ou de outra, espelham as necessidades que temos. Aparece aqui o terceiro componente da CNV: as necessidades.

Rosenberg (2006) aponta que ao identificarmos nossas necessidades, estaremos aptos/as a buscar atendê-las, fazendo, assim, com que possamos nos satisfazer, ao mesmo tempo em que podemos melhor nos relacionar com os demais. É ter a possibilidade de reconhecer a necessidade que cada um e cada uma tem e que, por vezes, vem embutida nos sentimentos que carregamos, nas atitudes que temos ou nas palavras que expressamos.

Essa compreensão e esse entendimento oportunizam minimizar a existência de conflitos, para construir uma comunicação mais

equilibrada e empática. Efetivamente, ao podermos demonstrar o que observamos, sentimos e necessitamos, chegamos ao quarto componente da CNV que é o pedido.

O pedido é a expressão daquilo que necessitamos e isso nem sempre é algo fácil. Segundo Rosenberg (2006), o pedido precisa ser feito de forma autêntica, deixando explícitas as suas necessidades. Desse modo, o seu pedido será atendido com empatia; em caso contrário, se for feito de forma a ser entendido como exigência, ameaça, culpa, punição, haverá grandes chances de o mesmo não ser atendido.

As ideias de Rosenberg (2006), acima apresentadas, provocam reflexões em relação à forma com a qual nos conectamos com o mundo, sobre como tecemos as nossas relações e, conseqüentemente, sobre como nos comunicamos com os nossos pares.

Ao abordarmos a temática da comunicação não violenta, pretendemos suscitar reflexões e despertar o/a leitor/a para a necessidade de promover o diálogo sobre a forma como estamos nos comunicando e sobre o potencial da CNV nesse processo.

Nessa perspectiva, comungamos com o que dizem Watzlawick *et al.* (1967) sobre alguns princípios relacionados ao processo de comunicação:



É impossível não nos comunicarmos. Nesse contexto, vale ressaltar que todo comportamento é comunicação. É fundamental compreendermos como nos comunicamos e as implicações desse processo em nossas vidas.



Segundo eles, “qualquer comunicação implica um compromisso, um compromisso; e, por conseguinte, define a relação [...] uma comunicação não só transmite informação mas, ao mesmo tempo, impõe um comportamento” (WATZLAWICK *et al.*, 1967, p. 47).

Essas ideias contribuem para reflexões importantes sobre o nosso comportamento frente aos conflitos, cotidianamente, vivenciados. Se a forma mediante a qual estamos nos comunicando pode definir o tipo de relação que estabelecemos, e que ao mesmo tempo pode impor um comportamento, na perspectiva da CNV, precisamos, de fato, colocar em prática os quatro componentes indicados por Rosenberg (2006) – observação, sentimento, necessidade e pedido – como uma possibilidade de estabelecermos e/ou reestabelecermos o diálogo junto a nossos pares.

É nesse processo dialógico que esses quatro componentes poderão fazer sentido, e isso envolve, sobretudo, uma atitude de escuta empática. Para Rosenberg (2019), ouvir o que as pessoas necessitam, é uma grande dádiva, porque isso as ajuda a se conectar com a vida.

Ao observarmos os fatos, cuidando para não julgá-los, ao entrarmos em contato com os nossos sentimentos, ao aprendermos a comunicar as nossas necessidades em forma de pedidos e não como exigências, estaremos nutrindo as nossas relações com a proposta da CNV, que nos convida a um autoconhecimento.

Temos assistido, cotidianamente, ao aumento da violência nas variadas formas que esta se manifesta e, muitas vezes, nos sentimos acuados/as, como se nada pudéssemos fazer. O medo nos paralisa e, como consequência, um quadro desastroso surge diante dos nossos olhos: o quadro da indiferença, que nos leva a um quadro ainda mais perigoso, em que as atitudes de violência passam a ser consideradas como ‘normais’.

Assim, a indiferença pode ser a pior resposta que podemos dar às atitudes violentas. Nessa perspectiva, é salutar lembrar que, enquanto seres sociais, todos/as estamos envolvidos nesse problema, portanto todos/as temos responsabilidade quanto à solução do mesmo.

Além de Rosenberg, outros/as ativistas deixaram um legado que nos permite refletir e fazer proposições mais assertivas sobre a cultura da não violência.

Bassi (2019), ao analisar autobiografias de Gandhi, Mandela e Luther King, considera que as experiências e saberes desses líderes agregaram conceitos à cidadania, contribuindo para o respeito e a emancipação dos indivíduos.

Ainda de acordo com Bassi (2019), diante das sociedades cada vez mais complexas e diversificadas, pensar em cidadania na ótica desses ativistas é lançar luzes às formulações sobre o diálogo, a alteridade, e a não violência.

Alinhada às causas da cultura da não violência, faz-se imprescindível também reconhecer o legado deixado por mulheres, como Madre Tereza de Calcutá, Malala, Rigoberta Menchú, Monja Coen, Maria da Penha, dentre outras. Por meio da luta pelo direito e pela emancipação cidadã, essas ativistas nos convocam a enfrentar o medo, sobretudo, a agir diante das injustiças, como forma de nos posicionarmos frente à cultura da violência.

Rever a forma como nos comunicamos na perspectiva da CNV, contribui para o exercício de uma cidadania transformadora. Para tanto faz-se necessário o exercício da comunicação não violenta, uma vez que, conforme nos diz Rosenberg (2006), a CNV se baseia em linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas. Ainda segundo o autor, não se trata de um conhecimento novo, portanto, faz-se necessário lembrar do que já sabemos de como nós, humanos, deveríamos nos relacionar com os outros.

O objetivo deste texto é suscitar o debate e reflexões sobre a prática da CNV no contexto das relações sociais, como uma atitude de valorização da vida e da cidadania. Esclarecemos, pois, que o mesmo não pretende ser ponto de chegada, mas pontapé de partida para muitos diálogos.



Perguntas geradoras:

01

Em que esse texto possibilita refletir sobre a forma como estamos nos comunicando no nosso dia a dia?

02

Após tomar conhecimento de alguns aspectos referentes à CNV, vocês consideram que esta pode ser uma estratégia para melhorar as relações em casa, no sindicato, na igreja, no movimento social?

03

Em que a CNV pode contribuir para a valorização da vida e para a promoção da cidadania?

04

Como poderíamos nos organizar para conhecer mais a CNV, para exercitá-la em nossa comunicação no âmbito pessoal e coletivo nesse mutirão pela vida?

* **José Ivaldo Araújo de Lucena**, Jussara Mendonça de Oliveira Seidel, Maria de Lourdes de Almeida Silva , Vanildes Gonçalves dos Santos, Vicente Sérgio Brasil Fernandes, fazem parte do www.studoconsultoria.com.br. Contato: studoconsultoria@gmail.com

Referências

BASSI, Ingrid Gomes. Propostas de emancipação cidadã nas autobiografias de Gandhi, Luther King Jr. e Mandela. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.** v. 42, n. 1, São Paulo, Jan./Apr. 2019, Epub, Apr-15-2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v42n1/1809-5844-interc-42-1-0153.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2020.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não-Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** São Paulo: Ágora, 2006.

ROSENBERG, Marshall B. **Vivendo a Comunicação Não Violenta.** Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

WATZLAWICK, Paul; BAVELAS, Janet Helmick Beavin; JACKSON, Donald de Avila. **Pragmática da Comunicação Humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação.** São Paulo: Cultrix, 1967.

REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO: **DEVOLVER O PODER AO POVO**

O campo dos movimentos e organizações que defendem mais democracia e direitos humanos e que interagem nos debates sobre a reforma do sistema político identificou três questões centrais a serem enfrentadas inicialmente: **a influência do poder econômico nos processos decisórios** (processos eleitorais, partidos, políticas públicas, decisões de Estado, tanto no como Executivo, no Legislativo no sistema de Justiça etc.), **a sub-representação de vários segmentos nos espaços de poder** (mulheres, negras e negros, povos tradicionais, juventudes, camponeses/as, LGBTI+, trabalhadores/as em geral) e **a ausência de povo nos processos decisórios** (democracia formal, mas sem povo).

Mas, para enfrentar as três questões acima, precisamos de uma reforma do sistema político, ou melhor, fundar **um outro sistema político** pois este que nós temos já tem demonstrado a sua total incapacidade de processar qualquer transformação ou demandas populares. Mas por uma questão de “hábito” vamos continuar, neste texto, falando de reforma do sistema político, mas entendendo que o que propomos é a fundação de um novo sistema de poder.

A reforma política é tema recorrente na vida política brasileira e de forma limitada no que diz respeito a sua abrangência. Está presente na agenda há vários anos, mas sempre orientada pelos interesses eleitorais e partidários. É o chamado casuísmo eleitoral – geralmente, alterações de curto prazo e de curta duração, como por exemplo, a reeleição. Por isso, a maioria da população tem a concepção de reforma política como apenas reforma das regras eleitorais.

O tema está presente, também, nas discussões acadêmicas e na mídia. Na academia mais como um objeto a ser estudado/pesquisado e, na mídia, quase sempre, como a solução de todos os males do país ou de forma pejorativa. Para ambos, um instrumento para melhorar a governabilidade do Estado (manter as elites no poder) ou, aumentar sua eficiência (como atender melhor aos interesses das elites).

No âmbito da sociedade civil organizada, das organizações e movimentos, que defendem o interesse público, aqui entendido como os interesses da maioria da população e a radicalização da democracia, está inserida em um contexto mais amplo que necessariamente diz respeito a mudanças no sistema político, na cultura política, tanto na sociedade como no Estado, portanto na forma de se fazer e pensar a política. Por isso que falamos em sistema político e não apenas em reforma política/eleitoral.

Em resumo, entendemos como reforma do sistema político, a fundação de todo um novo sistema decisório (novas institucionalidades), portanto, novas formas de poder e a forma de exercê-lo. As perguntas centrais são: quem exerce o poder, em nome do quê se exerce o poder, quais os mecanismos de controle do poder. Enfim, quem tem o poder de exercê-lo numa sociedade como a nossa, estruturada em cima das desigualdades.

Os princípios democráticos que devem nortear uma verdadeira reforma do sistema político são os da igualdade, da diversidade, da justiça, da liberdade, da participação, do estado laico, da transparência e do controle social.

E o que devemos enfrentar? Problemas/questões que estão na origem do nosso país, tais como, o patriarcado, o racismo, o patrimonialismo, a oligarquia, o nepotismo, o clientelismo, o personalismo, todas as formas de fundamentalismos e a corrupção. A corrupção aqui entendida também como a usurpação do poder do povo. Isso se manifesta em frases que escutamos em todos os lugares, “votar para quê, se as coisas não mudam” ou “votar para quê, se depois eles fazem o que querem”.

Na Carta de 1988, os constituintes elegeram como objetivos fundamentais da República Brasileira “construir uma sociedade livre, justa e solidária”, “garantir o desenvolvimento nacional”; “erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”; “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”; e que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Se todo o poder emana do povo, conforme define a nossa Constituição, pensar a reforma do sistema político é pensar como esse poder deve ser devolvido ao povo que tem o direito de exercê-lo de forma direta e não apenas por delegação/representação.

A incapacidade das instituições vigentes de concretizarem plenamente os objetivos da Constituição, o aumento do sentimento de distância entre os/as eleitores/as e seus/suas representantes colocam em risco a crença nos processos democráticos. Esse é um risco que não podemos correr.



Democracia é muito mais que o direito de votar e ser votado. Não podemos apenas ser chamados a participar nos momentos eleitorais. Precisamos criar novos mecanismos de participação, que resgate o poder de decisão da população. Precisamos construir o poder popular.

O que estamos defendendo visa à radicalização da democracia, para enfrentar as desigualdades e a exclusão, promover a diversidade, fomentar a participação efetiva nas decisões públicas. Isso significa ampliar as possibilidades e oportunidades de participação política, capaz de incluir e processar os projetos de transformação social que segmentos historicamente excluídos dos espaços de poder, como as mulheres, negras e negros, homoafetivos, indígenas, jovens, pessoas com deficiência, idosos e todos os despossuídos de direitos trazem para o cenário político.

Não queremos a “inclusão” nessa ordem que aí está. Queremos mudar essa ordem. Por isso, pensamos o debate sobre a Reforma do Sistema Político como um elemento-chave na crítica às relações que estruturam esse mesmo sistema. Entendemos que o patrimonialismo e o patriarcado a ele associado; o clientelismo e o nepotismo que sempre o acompanham; a relação entre o populismo e o personalismo, que eliminam os princípios éticos e democráticos da política; as oligarquias, escoltadas pela corrupção e sustentadas em múltiplas formas de exclusão (pelo racismo, pelo etnocentrismo, pelo machismo, pela homofobia e outras formas de discriminação) são elementos estruturantes do atual sistema político brasileiro que queremos transformar.

A construção de uma verdadeira reforma do sistema político precisa estar alicerçada em cinco eixos:



Fortalecer a democracia direta;



Fortalecer a democracia participativa;



Aprimorar a democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos;



Democratizar a informação e a comunicação



Democratização do Poder Judiciário.

Podemos começar com uma nova regulamentação das formas de manifestação da soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular). Por exemplo, definir grandes questões que só podem ser decididas por instrumentos de democracia direta, portanto pelo povo. Vendas de bens públicos, bens comuns, pode ser um exemplo. Precisamos também criar novas formas e mecanismos de participação direta, por exemplo, o veto popular.

É necessário, também, repensar a atual arquitetura da participação. A multiplicação de espaços participativos não significa automaticamente a partilha de poder. Precisamos caminhar na direção da **construção de um sistema integrado de participação que** inclua a política econômica e não apenas as políticas sociais.

Precisamos aprimorar e fortalecer a democracia representativa, priorizando a democratização dos partidos e a qualificação dos processos eleitorais. Fidelidade partidária, financiamento público exclusivo de campanha, votação em lista fechada com alternância de sexo e possibilidade de revogação de mandatos pela população devem ser prioridades. Antes de tudo, é necessário criar a equidade nas disputas políticas que se fazem via mecanismos da democracia representativa. Importante pensar formas próprias de representação dos povos tradicionais.

Precisamos pensar em como democratizar a comunicação, como democratizar a internet, como controlar os oligopólios midiáticos e, principalmente, como combater a desinformação e “notícias” falsas nas redes sociais.

Não podemos esquecer de olhar o sistema de justiça, aqui incluído o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensorias e o aparato de segurança do Estado, incluindo as PMs. Precisamos democratizar o sistema de justiça.

A reforma do sistema político é além de “democratizar o estado”, a política. Precisamos democratizar a economia. Precisamos democratizar a vida social, as relações entre homens e mulheres, crianças e adultos, jovens e idosos, na vida privada e na esfera pública. É preciso democratizar as relações de poder em todos os espaços, em todas as relações e em todos os momentos. Portanto, democracia é muito mais que apenas um sistema político formal, é também a forma como as pessoas se relacionam e se organizam.

Esse processo todo precisa devolver o poder ao povo de onde ele nunca devia ter saído. E aqui precisamos mirar não as experiências “democráticas” ocidentais, mas a forma como se organiza os povos africanos e os nossos povos tradicionais.

***Jose Antonio Moroni**, do colegiado de gestão do instituto de estudos socioeconômicos (INESC) e da plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político.

Educação popular

Levanta-te e anda! (At 3, 1-10)

“Na vida, a gente tem que travar muitas brigas e se existe uma briga na vida que a gente tem de brigar é a briga pela dignidade coletiva; cada uma e cada um de nós briga esta briga numa esquina da vida. Você pode até mudar de esquina; o que você não pode é mudar de briga”

Paulo Freire

Não há derrotas definitivas, mas há derrotas profundas. O campo popular vive um período de profundas derrotas na economia, na política, na questão ambiental, na cultura, nos seus direitos básicos. O mercado para alcançar seus lucros não hesita em aumentar a exploração sobre o trabalho, saquear os recursos naturais e destruir a casa comum. O povo, como ovelhas sem pastor, é manipulado pelo espírito diabólico do ódio, a desprezar da misericórdia, a negar sua identidade e até esquecer o princípio da soberania nacional.

A exigência do momento é entender o que se passa na realidade e preparar-se para atuar sobre ela afim, de construir uma ordem social, com e a partir dos oprimidos, onde haja lugar para todos. É preciso reconhecer a força do império do mal, mas também fazer a autocrítica do distanciamento do povo e do abandono do Causa popular que deixou de ser o sonho de muitas lideranças.

Que fazer? Antes de tudo, é preciso acreditar que tudo que foi construído pode ser desconstruído e reconstruído. E, de novo, afirmar que o povo é capaz de construir uma sociedade onde a produção, a distribuição e o consumo sejam feitos de forma solidária. O inimigo nunca pode ser a razão da nossa entrega. A razão de nossa

pregação e de nossa prática é a construção da pátria feliz, fraterna e livre. Isso exige que o fermento esteja inserido na base social concreta.

Em todos os tempos e lugares, o povo nunca deixou de lutar por sua vida e dignidade. Até quando corre atrás de ilusões ou segue a orientação de falsos pastores. Mesmo sem consciência clara, o povo guarda no peito uma indignação reprimida. O objetivo do trabalho educativo é despertar nos empobrecidos, a confiança em seus valores e potenciais e convoca-los a combater toda forma de injustiça, no rumo do mundo sem exploração, sem discriminações e sem preconceitos.

Educação Popular é o processo de formação que opta pelos oprimidos. Inclui todos os esforços de mobilização, organização e qualificação (política, técnica e cultural) que preparam as classes populares para o exercício do poder, em todos os espaços da sociedade. Prepara sujeitos para entender e comprometer-se com a transformação da realidade. Assim, a **força potencial dos pobres se torna força real**, protagonista das mudanças. Por isso, só existe Educação Popular dentro de experiências que buscam mudar a situação.

O Trabalho de Base é a Educação Popular aplicada. É a ação de militantes cuja missão é concretizar um projeto social. Nesse trabalho eles cevem conhecer a realidade de um território, ajudar a despertar essa base social, a resolver com ela os desafios do cotidiano e ligar a luta local com a luta geral contra a opressão. Nesse processo realizam o milagre de repartir o pão, de ensinar a pescar e enxergar que é preciso retomar o lago que já foi invadido pelos tubarões.

A ação refletida tem sido a experiência de libertação de todos os povos. Nessa difícil e permanente tarefa, se aprende o caminho ao participar: escutar e falar, propor e disputar, dialogar e decidir, perder e perseverar, Então, não basta a vontade e o estudo, pois, *'quem sabe como fazer, mas ainda não faz, ainda não sabe'*. *"Fazer é a única forma de mostrar que é possível mudar o mundo"*.

O processo educativo que gera o trabalho de base leva o povo a *“se meter na política, pois, a política é a forma mais alta da caridade”* (Pio XI). A política trata do Poder, força necessária para decidir em casa, no trabalho e em toda parte. **Política** é a capacidade do ser humano de criar diretrizes que tornam possíveis as propostas que interessam ao conjunto da cidade e de organizar o modo de vida comum.

Educação Popular não é curso, evento, receita, *“tática”* para obter resultados. É o jeito de fazer política onde os educadores colocam sua alma por amor ao povo, razão e sujeito de sua dedicação. Esse **segredo** é a força que alimenta a militância na dor, na dúvida e nas derrotas. É a energia contagiante que move sua alegria de viver, a esperança, a garra, a festa e o companheirismo.

POLÍTICA E TECNOLOGIAS: A QUESTÃO DA INFORMAÇÃO

Seja como for definida a política, um elemento não pode faltar nessa definição: o **poder**, que é a capacidade de alguém fazer que sua vontade se imponha. As formas de exercer o poder variam muito, mas em todas elas existe a combinação de dois polos: o constrangimento e o consentimento. O **constrangimento** se manifesta pela **força**: seja ela física (capacidade de causar dor), econômica (capacidade de fornecer e de retirar o necessário à subsistência), moral (capacidade de exaltar e de humilhar) ou social (capacidade de integrar e de excluir a pessoa no grupo). Já o **consentimento** se manifesta pela **submissão** voluntária de quem aceita sujeitar-se à vontade do outro por entender ser esta sua obrigação moral. Constrangimento e consentimento estão sempre em proporção inversa: onde o poder baseia-se principalmente no constrangimento, diminui o teor de submissão voluntária de quem obedece; onde, ao contrário, o poder conquista o consentimento, não precisa usar a força para se impor. É evidente, então, que é mais conveniente ao poder assentar-se sobre o consentimento do que sobre o constrangimento, mas a sociologia mostra que o poder nunca consegue apoiar-se unicamente num desses polos. Mesmo o poder com maior grau de consentimento tem sempre no horizonte a ameaça de usar a força; e vice-versa, até mesmo o poder que mais usa a força física – como nos campos de concentração e nas prisões – busca conquistar a adesão voluntária de alguns detentos para lhe servir de apoio e manter os demais presos sob o jugo.

Essa introdução teórica tem por finalidade enquadrar o uso das modernas tecnologias de informação no exercício do poder político. A imprensa (final do séc. 15), o rádio (início do séc. 20) e a TV (meados do séc. 20) foram importantes etapas da tecnologia de informação. Mas foi nestas primeiras décadas do século 21 que ela atingiu o patamar propriamente global, por meio das **redes digitais da internet**, que permitem alguém impor seu poder conquistando o consentimento voluntário de uma multidão de pessoas. É esse uso da tecnologia

como instrumento de dominação política que vamos examinar aqui, tomando seu exemplo mais recente e impactante: seu uso como arma de guerra. É chamada guerra *híbrida* ou guerra *de 4ª geração*.

Há milênios a guerra é uma combinação de estratégias destinadas a destruir ou neutralizar um governo ou regime *hostil*. Independentemente de haver ou não hostilidade recíproca, um país definido como “poder hostil” passa a ser alvo de guerra até que se conforme à vontade do vencedor. A novidade deste século é o tratamento da informação com metodologia racional e sistemática, para usá-la contra um poder “hostil”. O processo parte do princípio que os desejos – conscientes ou não – filtram as informações, só considerando **verdadeiras** aquelas que confirmam o **desejo** de quem as recebe. **Trata-se então de produzir informações – falsas ou só parcialmente verdadeiras – e veiculá-las pela combinação da grande mídia – TVs, rádios e jornais – mídias digitais via internet – como whatsapp, facebook e twitter – e instituições revestidas de credibilidade – como Igrejas cristãs, ONGs ou institutos de pesquisa.**

A informação que a pessoa deseja ser verdadeira ganha enorme **credibilidade** quando vem de mais de uma fonte. Por isso, ela é logo repassada nas redes de relacionamentos, fazendo que se reproduza como **vírus**, que é reproduzido até infectar todo o sistema.

Essa forma de guerra ideológica visa provocar a **revolta** de setores vulneráveis da sociedade a ser conquistada, para que eles abalem a legitimidade do regime. A acusação de **corrupção** é a mais usada para isso: os políticos são apontados como principais causadores dos males sociais. Essa acusação, repetida pelos meios de comunicação, consegue enfraquecer de tal modo um governo, que bastará uma ofensiva (militar, política ou judicial) para derrubá-lo.

Esse processo não requer comando centralizado, mas diferentes **nodos** – grupos de poder econômico, político, cultural e militar – atuando em vista de seus próprios interesses, mas reforçando-se mutuamente. Podem ser agências governamentais e fundações dos EUA que oferecem bolsas de estudo; agências de segurança que interceptam informações na internet e definem os alvos para a polícia (ver o filme *Snowden*); **sites** que produzem e falseiam notícias para instituições confiáveis a serem replicadas na rede virtual; enfim,

entidades que promovem manifestações públicas com repercussão midiática. O resultado é que a grande massa, confundida por notícias disparatadas, acaba sendo levada a **odiar** quem ela julga ser responsável por seus sofrimentos. Assim são derrubados os governantes tidos como “hostis”.

Diante dessa forma de guerra pouco vale a indignação ética contra a *pós-verdade* e *fake-news*: ou aprendemos a combatê-las, ou seremos facilmente derrotados pelas armas ideológicas como as produzidas por Steve Bannon e outros manipuladores de opinião a serviço da extrema-direita, do fundamentalismo religioso e do liberalismo de mercado.

* **Pedro A. Ribeiro de Oliveira**, Leigo católico, nascido em 1943, doutor em sociologia, membro de Instituto de assessoria da Religião (*Iser*) e da Coordenação do Movimento Nacional Fé e Política.



Perguntas geradoras:

- 01 Por que o poder precisa conquistar o consentimento do dominado? Como você vê o papel político da informação, depois de ter lido esse texto? Confronte sua opinião com a opinião de outra/os participantes da roda de conversa.
- 02 O texto referiu-se à guerra, mas vale também para a política. Analise o quadro político brasileiro de 2015 a 2020, e procure nele os elementos dessa guerra *de 4ª geração*.
- 03 Como você avalia a qualidade das **suas** informações? Você compara suas fontes (Whatsapp, Twitter, TV, Rádio, Jornal, Sites alternativos)?

“

Vós, organizações dos excluídos e tantas organizações de outros setores da sociedade, estais chamados a revitalizar, a refundar as democracias que estão a atravessar uma verdadeira crise. Não caiais na tentação da divisória que vos reduz a agentes secundários ou, pior, a meros administradores da miséria existente

”

Papa Francisco aos participantes no 3º Encontro Mundial dos Movimentos Populares, 5 de novembro de 2016.





SSBrasileira



ssb.org.br

APOIO:

